

APRESENTAÇÃO

A elaboração do **Plano Diretor** de Itapoá é parte integrante do conjunto de metas traçadas pela **Fundação pelo Desenvolvimento de Itapoá - Pró Itapoá**. A constituição da Fundação refletiu a vontade de seus participantes de dotar o município de Itapoá de condições de preservação do meio ambiente e desenvolvimento urbano ordenado, através de estudos e pesquisas que pudessem servir como colaboração aos poderes constituídos.

A entidade ganhou existência legal em 26 de janeiro de 1995, com o registro de seu Estatuto junto ao Cartório Especial de Títulos e Documentos da Comarca de Joinville, Santa Catarina. Foi reconhecida como de utilidade pública municipal pela Prefeitura de Itapoá, através da Lei Municipal nº 90/95, de 23 de março de 1995.

Através da Lei Municipal nº 131/96, de 27 de maio de 1996, o município foi autorizado a firmar convênio com a Fundação Pró Itapoá para a elaboração do **Plano Diretor de Urbanização e Desenvolvimento** do município de Itapoá, firmado em 21 de maio de 1996.

A entidade foi ainda reconhecida como de utilidade pública estadual pelo governo do Estado de Santa Catarina, através da Lei Estadual nº 10.121/96, de 13 de junho de 1996.

Finalidades da Fundação (conforme o artigo 2º de seu Estatuto)

- Preservação da natureza e melhoria das condições ambientais do Balneário de Itapoá, para que possa continuar proporcionando a seus habitantes, usuais ou ocasionais, condições de habitabilidade e conforto compatíveis a sua disposição, sem destruí-los;
- Manutenção de programas educacionais que estimulem aos usuários e habitantes permanentes desfrutar dos recursos naturais a sua disposição, sem destruí-los;
- Colaboração com o Poder Público na busca de opções para o desenvolvimento regional e nas iniciativas relacionadas ao desenvolvimento da região litorânea, sem prejuízos para a natureza, particularmente no desenvolvimento urbanístico e econômico do município;
- Proporcionar, diretamente ou através de convênios, o desenvolvimento de estudos e pesquisas para determinar o impacto ambiental de quaisquer projetos, procurando por em prática os seus resultados quando compatíveis;
- Instalação e manutenção de museus, reservas ambientais públicas ou privadas, monumentos históricos e similares;
- Defesa intransigente das condições de vida e do meio, em geral, muito especialmente das belezas naturais da região, denunciando às autoridades competentes quaisquer atos que impliquem na quebra do equilíbrio natural ou estético, patrocinando, inclusive, as medidas legais e judiciais cabíveis;

- Tomar as medidas pertinentes para que condições aceitáveis de salubridade, assistência social, ensino, saúde e segurança sejam asseguradas aos moradores de Itapoá;
- Promoção de atividades culturais e desportivas, que tenham como finalidade a educação sadia da população, com ênfase para a defesa e preservação da natureza e de seu patrimônio histórico.

PROCEDIMENTOS PARA VIABILIZAÇÃO DO PLANO

Desde o início, muitas foram as dificuldades enfrentadas pela Fundação Pró Itapoá para o desenvolvimento do Plano Diretor. O primeiro passo para o trabalho foi a execução do levantamento aerofotogramétrico da área urbana de Itapoá, realizado em novembro/95 e disponibilizado à Fundação somente em abril/97.

O segundo passo foi a execução de um mapa-base da área urbana de Itapoá. A partir do mapa da área urbana existente na Prefeitura Municipal, na escala 1:20.000, elaborado pela Imobiliária Carvalho, foram digitalizadas as plantas de todos os balneários existentes na área urbana de Itapoá. Através da compilação destas plantas, chegou-se a uma Planta Digitalizada, única, na escala 1:10.000. Esta Planta foi digitalizada em agosto/97.

Após a execução da Planta, foram iniciadas as atividades de coleta de informações para o desenvolvimento do Plano Diretor. Nesta fase, vários foram os fatores que contribuíram para o atraso das atividades relativas ao Plano, sobretudo a dificuldade na efetiva coleta de informações no município, junto à Prefeitura Municipal e junto aos órgãos setoriais.

Em outubro/98, dois técnicos da área de planejamento urbano foram contratados pela Fundação para atuar como suporte na elaboração e formatação das informações coletadas, com o objetivo de se chegar a um volume final do Plano Diretor. Em decorrência das dificuldades encontradas pela Fundação na coleta de informações, considerou-se necessário um levantamento de campo mais aprofundado, viabilizado pelo maior envolvimento dos técnicos contratados. Assim, a partir de março/99, os técnicos iniciaram o levantamento de campo, tendo como objetivo completar as informações anteriormente coletadas pela Fundação e finalizar o volume contendo o levantamento de informações, chamado de **Fundamentação do Plano Diretor**.

Considera-se importante destacar as principais dificuldades encontradas nesta fase do trabalho, uma vez que são questões que influenciam diretamente no desenvolvimento do Plano Diretor:

- Falta de uma base cartográfica atualizada

A Planta Digitalizada facilita bastante o trabalho de editoração final dos mapas temáticos. Porém, foi desenvolvida a partir de um mapa existente na Prefeitura Municipal e não a partir do levantamento aerofotogramétrico. Em função disto, algumas irregularidades foram detectadas, sobretudo em termos de áreas onde a ocupação existente não condiz com o desenho apresentado na Planta.

- Falta de cadastro técnico na Prefeitura Municipal

A inexistência de cadastro técnico na Prefeitura Municipal dificulta bastante a coleta das informações referentes à infra-estrutura urbana, sobretudo em relação às redes de abastecimento (água, energia, etc.). Este aspecto é ainda agravado pela dificuldade em obtenção de informações junto aos órgãos responsáveis pelos serviços em questão.

Porém, mesmo com todas as dificuldades apresentadas, a primeira parte do Plano Diretor, relativa à **Fundamentação do Plano**, pôde ser concluída. Desta forma, será possível o desenvolvimento das outras duas etapas do Plano: o traçado do **Diagnóstico da realidade urbana** e a elaboração da **Legislação Urbana Básica**.